

1. Documento: 26278-2023-80

1.1. Dados do Protocolo

Número: 26278/2023

Situação: Ativo

Tipo Documento: Não cadastrado

Assunto: Licitação com período sigiloso

Unidade Protocoladora: DG - DIRETORIA-GERAL

Data de Entrada: 30/06/2023

Localização Atual: AJLC - ASSESSORIA JURIDICA DE LICITACOES E CONTRATOS

Cadastrado pelo usuário: LILIANBC

Data de Inclusão: 01/11/2023 11:55

Descrição: Contrato

1.2. Dados do Documento

Número: 26278-2023-80

Nome: 07_ETP-Fórum-BH_AnexoIV-Decisao-Parte-01.pdf

Incluído Por: SECRETARIA DE ENGENHARIA

Cadastrado pelo Usuário: BRENODR

Data de Inclusão: 26/10/2023 12:13

Descrição: ETP Aquisição - Anexo IV

1.3. Assinaturas no documento

Assinador/Autenticador	Tipo	Data
BRENO DIAS RODRIGUES	Login e Senha	26/10/2023 12:13

Documento Gerado em 06/11/2023 15:27:44

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria-Geral

Belo Horizonte, 29 de junho de 2023.

À Sua Excelência o Senhor
RICARDO ANTÔNIO MOHALLEM
Desembargador-Presidente
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Senhor Desembargador-Presidente,

Em cumprimento à r. determinação de Vossa Excelência, instituí Equipe de Planejamento de Contratação (EPC) para promover novos estudos sobre a adequação do espaço físico destinado ao Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, instalado no edifício da Rua Goitacazes, n. 1475, em prol da eficiência na prestação jurisdicional, atividade finalística do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, e na execução das atividades de apoio correlatas.

Compõem a Equipe de Planejamento da Contratação os seguintes servidores:

- Integrante Demandante: Carlos Athayde Valadares Viegas;
- Integrantes Administrativos: Ana Elisa Ribeiro Ramim, Ana Rita Gonçalves Lara e Júnia Mara do Vale;

- Integrantes Técnicos: Breno Dias Rodrigues, Gerusa Gontijo Guimarães, Rosilene da Glória Parreira.

Cientificados do encargo, os servidores iniciaram a elaboração de Estudo Técnico Preliminar, cuja primeira etapa, discriminada no documento que nesta oportunidade submetemos à consideração de Vossa Excelência, concentrou-se na identificação das características do imóvel da Rua Goitacazes que possam dificultar a sua utilização e ocupação pelo Fórum de Belo Horizonte, notadamente quanto aos seus elementos físicos construtivos, instalações, mobiliários e equipamentos.

Nesse sentido, para a formação do diagnóstico, a EPC realizou análises técnicas de arquitetura e de engenharia no imóvel em questão e levantou dados junto a outras unidades deste Regional, inclusive quanto à lotação de pessoal nas Varas do Trabalho da Capital, sendo relevante destacar as seguintes informações constantes da primeira etapa do Estudo Técnico Preliminar, assim resumidas em comunicação interna endereçada a esta Diretoria-Geral:

“(...) as varas estão distribuídas por 12 (doze) pavimentos tipo – do 5º ao 16º, sendo os demais ocupados por unidades de apoio, excetuando-se o 4º pavimento, destinado a setores relacionados à Secretaria de Saúde.

A ocupação se dá, portanto, com 4 (quatro) varas por pavimento, cujo layout impede a interligação das salas de audiência às suas respectivas secretarias. Além disso, copas e banheiros de uso restrito de servidores são compartilhados por duas secretarias e não há gabinetes de magistrados na maior parte das secretarias.

(...) há ambientes com áreas inferiores aos referenciais mínimos previstos na Resolução CSJT n. 70/2010 - notadamente secretarias e gabinetes - (...);

(...) apurou-se que, além do juiz, a lotação média por Vara da Capital é de 10 (dez) servidores, 2 (dois) estagiários e 1 (um) residente jurídico. Não obstante, o layout atual da secretaria apresenta capacidade máxima de até 11 (onze) postos de

trabalho com o mobiliário padrão deste Tribunal (mesas em “L”), embora, nessa configuração, haja prejuízo do espaço destinado a armários e outros mobiliários de apoio. Dadas as limitações dimensionais, o incremento na capacidade de postos de trabalho poderia ser feito a partir de estudo sobre a redução das dimensões dos mobiliários de servidores e salas de audiência. Tal hipótese, contudo, torna mais acentuado o desvio da configuração aos parâmetros da Res. 70/CSJT, sobretudo quanto ao parâmetro m²/servidor, indicando perda de qualidade do ambiente de trabalho em relação às demais varas em outros imóveis deste Regional.

(...) o estudo identificou que a implantação de gabinete para magistrado, além de acentuar as desconformidades em relação aos parâmetros referenciais da Resolução CSJT n. 70/2010, resulta em um ambiente de secretaria limitado a, no máximo, 7 (sete) postos de trabalho, bem como na piora da qualidade da iluminação e da ventilação natural da secretaria pelo confinamento de esquadrias (item 1.1.2.3 do ETP).

Quanto à qualidade do isolamento acústico das salas de audiência (item 1.1.2.4 do ETP), há projeto e especificações para incremento de sua capacidade via reforma e reconstrução das paredes de fechamento entre os ambientes. Segundo o projeto, se executada, a reforma deverá promover o isolamento acústico mínimo requerido em norma para funcionamento simultâneo das audiências em cada pavimento. Por outro lado, resultará em diminuição das dimensões físicas das salas de audiência, o que restringiria ainda mais as condições de acessibilidade, já exemplificadas no item 1.1.2.5.

O tratamento das intervenções para adaptações do imóvel aos requisitos de acessibilidade, por sua vez, será objeto de contratação específica, conforme item 1.1.2.5 do ETP. Nesse particular, mesmo considerando se tratar de edificação

existente e à luz das flexibilizações que a norma NBR 9050:2020 autoriza, é inegável que a configuração atual da edificação, com quatro varas por pavimento, reduz as possibilidades de adaptações em função da baixa flexibilidade de layout decorrente das restrições dimensionais (áreas construídas, circulações, sanitários, etc.).

Quanto aos sistemas de elevadores, (...) estão em curso reformas de modernização de todos os equipamentos do imóvel, cuja previsão de término é meados de 2024. (...);

(...) há sistema de condicionamento de ar em todos os ambientes indicados para uso das Varas e apoios, e parte dos equipamentos de ar condicionado já foi modernizada para versões mais eficientes, do tipo *split inverter*, sobretudo nas salas de audiência e espera de público. Há, ainda, estudos em curso para modernização do restante dos equipamentos do imóvel.

Diante das ponderações feitas, das características da edificação avaliadas no ETP e dos resultados obtidos, esta equipe de planejamento conclui que, **embora o imóvel da rua Goitacazes, 1.475, esteja funcionando na configuração atual de 4 (quatro) varas por pavimento, há limitações capazes de impactar negativamente as atividades, sobretudo no que se refere às restrições dimensionais (mormente, área construída por vara) e de *layout*.**

Tais limitações podem constituir um indicativo à Administração da necessidade de se envidar esforços adicionais na melhoria da configuração das varas da Capital, além daqueles já empreendidos na modernização de sistemas e melhorias de funcionamento (elevadores, climatização, isolamento acústico, acessibilidade, etc.)

(...);

Propomos, portanto, que as informações relacionadas ao presente diagnóstico sejam avaliadas pela Alta Administração deste Regional e, em caso de acolhimento deste estudo parcial, visando ao necessário direcionamento de sua continuidade, seja definida qual das ações abaixo a autoridade competente pretende adotar em relação à demanda, a saber:

- (i) continuidade da ocupação atual do imóvel da Rua Goitacazes, 1.475, pelas 48 (quarenta e oito) Varas, mesmo diante das limitações de área intransponíveis identificadas;
- (ii) busca de alternativas de espaço físico para migração parcial das Varas do prédio da rua Goitacazes, 1.475, de modo a permitir estudos de layout para outra configuração (por exemplo, com três varas por pavimento ou outra solução possível). Nessa hipótese, o Fórum da Capital funcionaria dividido em imóveis distintos;
- (iii) busca de alternativas de espaço físico para migração total das Varas do prédio da rua Goitacazes, 1.475, incluindo serviços de apoio, de modo a manter o Fórum funcionando em único endereço.

Pois bem.

Conforme se verifica dos levantamentos produzidos pela Equipe de Planejamento da Contratação durante a primeira etapa do Estudo Técnico Preliminar, o imóvel que atualmente abriga o Fórum Trabalhista da Capital apresenta limitações de área intransponíveis, as quais restringem as possibilidades de layout.

Verifica-se, ainda, que as limitações de área do imóvel em questão restaria ainda mais agravada em caso de execução das adaptações necessárias para correção das falhas atualmente existentes, que comprometem a acessibilidade e o isolamento acústico indispensável para a realização das audiências em ambiente adequado.

Não se pode olvidar, também, que a insuficiência de área impossibilita a interligação das salas de audiência com suas respectivas secretarias, o que é, a toda evidência, absolutamente desaconselhável, por comprometer a segurança dos magistrados, que precisam transitar pelos corredores do Fórum, em meio às partes, caso necessitem se dirigir pessoalmente à secretaria.

Entende-se, outrossim, s.m.j., que a existência de gabinetes em apenas algumas Varas da Capital fere o tratamento isonômico que deve ser conferido às unidades e aos magistrados, impossibilitando que estes disponham de local no trabalho adequado para analisar processos, elaborar decisões, despachar com servidores e atender procuradores.

Conclui-se, assim, que o imóvel que atualmente abriga o Fórum Trabalhista de Belo Horizonte não é adequado para o fim a que se destina, a saber: abrigar a totalidade das Varas da Capital e os respectivos serviços de apoio. Haja vista que, conforme se depreende da primeira etapa do ETP, caso fossem realizadas as adaptações necessárias, o imóvel em questão comportaria menos da metade dos postos de trabalho previstos para cada vara.

Quanto à segunda ação apresentada pela EPC para tratamento da demanda (mudança de algumas varas para outro imóvel), entendo, s.m.j., que esta também não seria a mais adequada, inclusive em relação à vantajosidade. Haja vista que, mesmo aparentando ser menos onerosa a migração de apenas parte das varas para outro prédio, a segregação do Fórum em dois imóveis aumentaria as despesas com diversos serviços, tais como: postos de trabalho de porteiro, recepcionista, vigilante armado, servente de limpeza, contínuo, operador de carga, transporte, alarme, câmeras de vigilância, manutenção predial, dedetização, entre outros. Inclusive determinadas unidades de apoio à atividade judiciária deveriam ser duplicadas para atendimento em dois endereços (foro, apoio judiciário, atermação, apoio administrativo, informática, saúde, etc.). Indubitavelmente haveria aumento considerável das despesas com esses serviços caso acolhida essa ação.

Por outro lado, a terceira ação apresentada pela EPC para tratamento da demanda (mudança de todas as Varas do Trabalho da Capital

para um único prédio), possibilita a otimização e o compartilhamento desses serviços por todas as unidades judiciárias e de apoio, em prol da eficiência e da economicidade.

Além disso, a mudança de todas as Varas do Trabalho da Capital para um único prédio poderá gerar redução de despesas referentes a outros imóveis. Isso porque, por exemplo, poder-se-ia retornar com os serviços administrativos da Rua Curitiba para a Rua Goitacazes e, por conseguinte, rescindir o contrato de locação do imóvel da Av. Pedro II, transferindo o arquivo para o prédio da Rua Curitiba, avaliando-se ainda a transferência para esse mesmo endereço das unidades instaladas na Av. Amazonas e na Rua Mato Grosso. Logo, haveria a eliminação da despesa com aluguel e redução dos gastos com todos os serviços supramencionados.

Diante do exposto, proponho a Vossa Excelência, s.m.j., seja acolhida a terceira ação apresentada pela EPC para tratamento da demanda (mudança de todas as Varas do Trabalho da Capital para um único prédio), e, por conseguinte, determinada a continuidade da realização dos Estudo Técnico Preliminar pela Equipe de Planejamento da Contratação, com estrita observância da legislação que rege a matéria, em especial Lei n. 14.133/2021, Resolução CSJT n. 70/2010 e Instrução Normativa SEGES/ME n. 103/2022, bem como das orientações constantes do OFÍCIO CIRCULAR CSJT.SG.CGCO Nº 96/2023 (E-pad n. 18157-2023).

Respeitosamente,

CARLOS ATHAYDE VALADARES VIEGAS

Diretor-Geral



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

Vistos.

Considerando o diagnóstico elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), decorrente da conclusão da primeira etapa do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e, ainda, a manifestação da Diretoria-Geral sobre a matéria, os quais concluíram, em síntese, que o imóvel que atualmente abriga o Fórum Trabalhista de Belo Horizonte possui limitações intransponíveis de área que o tornam inadequado para abrigar a totalidade das Varas da Capital e os correspondentes serviços de apoio, **determino** a continuidade dos trabalhos pela EPC, que deverá considerar, como ação para tratamento dos problemas apresentados, a mudança de todas as referidas unidades para um único imóvel, com estrita observância da legislação que rege a matéria, em especial Lei n. 14.133/2021, Resolução CSJT n. 70/2010 e Instrução Normativa SEGES/ME n. 103/2022, bem como das orientações constantes do OFÍCIO CIRCULAR CSJT.SG.CGCO Nº 96/2023 (E-pad n. 18157-2023).

Belo Horizonte, 29 de junho de 2023.

RICARDO ANTÔNIO MOHALLEM
Desembargador Presidente
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª. Região